

Memorial¹

Claudia Barcellos Rezende

*“Para uma pessoa com alguma imaginação,
o passado está em constante mudança.”*

José Eduardo Agualusa,

A sociedade dos sonhadores involuntários

O conceito de experiência traz consigo uma temporalidade implícita. Minha vivência do presente é informada pelo *vivi* no passado e pelo que espero do futuro. Mas a narrativa da experiência, como diz Bruner (1986) na sua introdução ao volume *The Anthropology of Experience*, é distinta da vivência em si. Ao narrar o que *vivi*, seleciono elementos e tons de acordo com o contexto de expressão. Nas palavras de Halbwachs (1990), a memória é seletiva e é o presente que interfere no que é rememorado do passado.

As formas de expressão da experiência são também culturalmente criadas. A biografia como modelo em que fatos e estados se sucedem no tempo, em relação de causa e efeito, impõe um ordenamento linear da experiência distinto do seu caráter fragmentado e incoerente, com intencionalidades nem sempre claras. Para usar a expressão de Bourdieu (2006), é uma ilusão que, no entanto, torna-se uma forma cultural de narrar a experiência.

Neste modelo em que o indivíduo é o centro de referência, o acaso aparece muitas vezes para explicar a tomada de rumos e escolhas, como mostrou Mariza Peirano (1992) em seu estudo sobre a trajetória de alguns intelectuais brasileiros. Argumenta Becker (1995) que as menções ao acaso desviam o foco do que ele chama de intercontigência – a dependência das ações das outras pessoas. Minhas decisões e ações esbarram sempre nas ações de outras pessoas. Se a agência é uma capacidade universal de buscar realizar projetos, seguindo a concepção de Sherry Ortner (2006), ela está sempre inserida em relações de poder, mesmo quando aparentam ser apenas laços de solidariedade.

Faço este pequeno arrazoado teórico pois é nele que me baseio para a escrita deste memorial. Este texto é uma versão reduzida daquela submetida

¹ Este memorial foi defendido em 19 de abril de 2018. A banca examinadora foi composta pelos Profs. Helena Bomeny (presidente), Luiz Fernando Dias Duarte, Myriam Moraes Lins de Barros, Yvonne Maggie e Peter Fry.

à UERJ como parte da do processo de promoção para professora titular. Apesar de pequenas mudanças, mantive o presente específico no qual escrevi o texto original, setembro de 2017, período de crise aguda da UERJ quando sua própria existência esteve ameaçada. Rememoro minha trajetória então em um momento e para um público específico – para colegas que farão parte de uma banca de avaliação. Ordeno acontecimentos, escolhas e sensações de um modo mais coerente e distinto do que foi a experiência em si. Destaco aqui os temas e questões que me interessaram e atravessaram minha formação e atuação como docente e pesquisadora. Embora eu seja o fio condutor, preferi privilegiar as pessoas e o conjunto de relações que amarram e interferiram nos meus caminhos, sem deixar de lado, contudo, a minha agência².

Deslocamentos

O deslocamento fez parte intensamente dos meus primeiros trinta anos de vida. Nasci nos Estados Unidos, quando meu pai fazia doutorado em Física. Vim para o Brasil quando tinha dois anos e meio e moramos no Rio, base da família até os seis anos. Por conta do percurso acadêmico do meu pai, passei seis meses em Campinas e depois nos estabelecemos em Recife, onde vivi até o final de minha graduação em Ciências Sociais. Neste meio tempo, estivemos duas vezes nos Estados Unidos, em períodos de quase dois anos, em função de um pós-doutorado do meu pai e depois do doutorado de minha mãe, que é musicista e compositora. Assim, as escolhas dos meus pais afetaram não apenas onde eu morei – e com quem e como me relacionava – como também meu modo de ver o mundo.

Quando mais tarde descobri a antropologia, achei que ela traduzia, enquanto um campo de conhecimento, uma forma de olhar que eu desenvolvi muito cedo. Lembro-me de voltar da primeira estadia nos Estados Unidos quando eu tinha dez anos, com a nítida percepção de que cada lugar – Rio, Recife, Santa Barbara na Califórnia – tinha suas regras e valores próprios. Enquanto os americanos faziam fila no refeitório da escola, naquela época, para ser atendido na cantina da escola em Recife era preciso falar mais alto.

Antes de descobrir a antropologia, tinha certeza de que gostaria de

² Faço ao longo do texto referência a algumas publicações, cujos dados completos estão no meu currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2464920090343673>.

estudar a sociedade e seus problemas. Minha escola, que era da congregação religiosa marista, fazia visitas frequentes a comunidades pobres e orfanatos, o que me impactava muito. Revendo papéis para escrever este texto, encontrei uma carta escrita no 3º ano do 2º grau na qual dizia querer ajudar a resolver os problemas do Nordeste. Em que pese o idealismo da idade, estava lá o desejo de combinar sociologia com psicologia social para trabalhar junto às pessoas, escutá-las e auxiliá-las.

Entrei para o curso de ciências sociais na Universidade Federal de Pernambuco em 1982. Ao final do primeiro período, minha família se mudou mais uma vez para a Califórnia para o doutorado de minha mãe e durante dois anos, cursei disciplinas na Universidade da Califórnia, em Santa Barbara (UCSB). De início, estranhei muito a estrutura acadêmica lá, inteiramente distinta do modelo de grade curricular fixa e pré-definida dos cursos no Brasil. Na UCSB, os alunos ingressavam na universidade, não em um curso específico, tendo que fazer disciplinas de todas as grandes áreas, até se concentrarem em uma específica. A única exigência eram duas disciplinas de redação em inglês, que marcaram profundamente meu estilo de escrita. Depois de dois termos acadêmicos em que repliquei o que fazia em Recife, consegui experimentar outras áreas, bem como disciplinas eletivas de antropologia de títulos muito 'exóticos' para mim – sociedade tradicional chinesa, caçadores e coletores, ecologia cultural. De um modo pouco refletido, havia me aproximado da antropologia que, em Recife, me fora completamente desconhecida.

Voltei dos Estados Unidos em 1984, já resolvida a concentrar meus estudos nesta área. Mas na UFPE na época, a área mais forte no departamento de ciências sociais era sociologia, portanto não cursei tantas eletivas em antropologia quanto gostaria. Também fui estagiária de Silke Weber e bolsista de iniciação científica de Heraldo Souto Maior, ambos sociólogos, com quem aprendi a analisar dados quantitativos. Analisei tabelas de uma pesquisa feita em 1963 sobre um programa de educação via rádio para o campo do primeiro governo Arraes. Por conta da ditadura, estes dados haviam ficado guardados durante vinte anos sem análise. Desta pesquisa surgiu minha monografia, para a qual mergulhei no estudo das Ligas Camponesas da década de 60, muito mobilizada mais uma vez pelas ideias de intervenção social.

Minha mudança para a antropologia urbana aconteceu por conta da orientação de Gilberto Velho no mestrado, iniciado em 1987. Como fazer pós-graduação já era um caminho natural na família, escolhi o Programa de

Pós-Graduação em Antropologia do Museu Nacional, na época referência no país e localizado no Rio, onde já moravam minhas irmãs e avós. Gilberto era conhecido do meu pai e por isso fiz contato com ele sobre uma possível orientação. Até então, não tinha ideia do que gostaria de estudar no mestrado. De alguma forma, o interesse pelo campesinato ficou para trás junto com a minha vida em Recife.

O trabalho com Gilberto foi responsável não só pela guinada para os estudos urbanos, mas também pelo fortalecimento de uma perspectiva teórica mais voltada para o indivíduo. Ter sido sua aluna significou, como foi para outros orientandos dele, o contato com as obras de Simmel, com a fenomenologia de Schutz e o aprofundamento do interacionismo simbólico que eu já conhecia de Recife. A preocupação com as formas das interações aliada ao modo como os indivíduos mobilizam códigos e significados em um contexto tão diversificado quando o urbano foi uma herança fundamental da síntese realizada por Gilberto. Ele foi também um modelo de professor e orientador, sempre presente, atencioso e rigoroso ao mesmo tempo, postura que me marcou em diversas situações da vida acadêmica.

Por sugestão sua, pesquisei formas de sociabilidade entre jovens de camadas médias. Juventude já era um tema pesquisado por outras orientandas suas, como Silvia Fiuza e Maria Claudia Coelho, que veio a se tornar amiga próxima e parceira de trabalho na UERJ. Entrevistei adolescentes sobre suas relações na escola e com a família, buscando entender para eles o sentido de ser jovem. Tomando o conceito de juventude enquanto construção histórica e cultural, ser jovem significava passar por mudanças que afetavam “suas cabeças”. Ser “cabeça aberta” – estar disposto a experimentar situações novas no lazer e na paquera – era um valor e podia às vezes contrastar com pais mais controladores. Assim, aparecia já na dissertação uma preocupação com a construção de identidade, interesse que eu aprofundaria mais tarde.

Além da orientação de Gilberto, que depois se transformaria numa grande amizade, tive no mestrado contato pela primeira vez com os campos da antropologia das emoções e do corpo/saúde/doença, através de disciplinas dadas por Luiz Fernando Dias Duarte. Fascinava-me perceber como experiências tão individuais como os sentimentos e as aflições corporais ganhavam contornos culturalmente específicos. No curso sobre emoção, a bibliografia era em grande parte francesa, diferente dos autores americanos que viria a usar mais tarde. Ainda que minha dissertação não tenha se detido nestes aspectos, os temas das emoções, corpo, saúde e

doença retornariam na minha trajetória alguns anos depois, mantendo-se até hoje como meus interesses.

Terminei o mestrado em maio de 1989, já com os planos de doutorado na Inglaterra bem delineados. Continuei próxima aos meus amigos e professores da UFPE. Na época, Roberto Aguiar, professor de sociologia, incentivava seus ex-alunos a fazerem doutorado na London School of Economics, onde ele mesmo havia se formado. A antropologia naquela universidade era renomada – afinal Malinowski havia ensinado lá, ainda que nenhum professor na época fizesse pesquisa urbana “em sociedades complexas”, como Gilberto me alertava. Pesou a favor da universidade inglesa meu desejo de viver fora, na Europa, desta vez sem a companhia da família. Mesmo não vendo esta opção com bons olhos, Gilberto me pôs em contato com Joanna Overing, especialista em sociedades ameríndias, que aceitou me orientar.

Cheguei em Londres em setembro de 1989, muito curiosa para conhecer os ingleses. Não esqueço o comentário feito por minha amiga Popy Maia de Recife, que me buscou no aeroporto e disse que os ingleses botavam coleiras em suas crianças e deixavam seus cachorros soltos! Se logo conheci outros brasileiros com visões semelhantes sobre a reserva e frieza dos locais, fiquei fascinada com a diversidade de origens dos colegas que habitavam o mesmo dormitório que eu. Os meses iniciais foram assim uma experiência intensa de cosmopolitismo, que reforçaram meu olhar etnográfico e o desejo de pesquisar os ingleses.

O início foi também o contato com a estranheza de me ver como estudante de terceiro mundo. Ao chegar soube que, por ser aluna estrangeira, teria que fazer um ano de mestrado, como forma de assegurar meu conhecimento dos clássicos da antropologia britânica. Esta exigência me causou a princípio muita indignação, pois já tinha mestrado, com pesquisa de campo e dissertação defendida, enquanto os colegas ingleses iam direto da graduação para o doutorado. Mas as disciplinas deste primeiro ano ofereceram também a oportunidade de não apenas consolidar aquelas leituras como também de conhecer os expoentes britânicos contemporâneos, em particular Marilyn Strathern e Henrietta Moore, que foi minha professora e acrescentou as questões de gênero aos meus interesses. Ganhei uma bagagem de leitura de etnografias de todas as partes do mundo, abrangência que não tinha e que contribuiu imensamente para uma desconstrução radical de muitas noções que ainda eram pouco problematizadas. A orientação de Joanna, americana radicada na Inglaterra, colaborava ainda mais para estes questionamentos,

fundamental para meu estudo sobre um tema muito próximo pessoalmente – a amizade.

Inicialmente, pretendia fazer um estudo comparativo das relações familiares nas camadas médias em Londres e no Rio de Janeiro. Mas mudei de objeto logo no primeiro ano, por conta dos comentários estereotipados sobre os ingleses. Já havia morado nos EUA e percebido como as dinâmicas de amizade lá eram bem distintas das que eu conhecia em Recife e no Rio. Resolvi então estudar o que significava amizade para jovens ingleses brancos de camadas médias residentes em Londres, mantendo o corte de classe que havia estudado no mestrado e escolhendo uma etapa de vida distinta – o início da vida profissional. Embora já convivesse com colegas ingleses nas disciplinas do doutorado, realizei trabalho de campo durante um ano, conversando e interagindo em situações de sociabilidade com uma rede de pessoas unidas por laços de amizade.

Enquanto encontrava muita receptividade de ingleses que achavam o estudo importante, deparei-me com muita resistência de colegas e professores no departamento na LSE. Como Gilberto Velho me avisara, questionavam as limitações de um trabalho de campo feito em Londres, ao contrário da preferência por aldeias remotas que renderiam uma observação participante mais “completa” da vida local. Entendi também que havia um desconforto com uma inversão no modelo de relação de pesquisa mais conhecido para eles – o “encontro colonial”. Os ingleses – tradicionalmente os pesquisadores – eram tomados como objeto de estudo por uma brasileira – tradicionalmente um ser exótico pela combinação entre gênero e origem cultural e nacional, experiência que apresento no artigo “A amiga brasileira: amizade e trabalho de campo em Londres”, publicado em 1995 nas *Comunicações do PPGAS*. Apesar desta resistência, alguns professores valorizaram o ineditismo do estudo e fui convidada após a tese a contribuir com o verbete sobre amizade para a *Enciclopédia de Antropologia Social e Cultural* em 1996.

A tese de doutorado, defendida no final de 1993, foi uma etnografia em moldes mais clássicos, falando de como as pessoas estudadas viviam – como eram suas casas, com quem viviam, onde trabalhavam, como se divertiam no tempo de lazer, sempre usando a amizade como recorte de aproximação. Analisei as concepções de amizade apresentadas pelos ingleses pesquisados, articulando-as a noções de pessoa, gênero e classe social. Percebi que mesmo este último conceito, tão caro na sociologia, ganhava significados nativos bem distintos e cruciais para entender como

são as pessoas e como podem se relacionar enquanto amigos. Comparei também os laços de amizade com as relações amorosas e familiares, buscando entender pelo contraste a singularidade dos amigos.

As publicações a partir da tese vieram alguns anos depois, já incorporando a comparação que eu viria a fazer posteriormente com meu estudo sobre amizade no Rio de Janeiro e que comentarei mais adiante. Mas gostaria aqui de apontar como vários temas explorados na tese – amizade e a relação com as ideias de intimidade e confiança, o contraste com a família, a importância da classe e do gênero – apareceriam depois em minhas pesquisas futuras e principalmente como o interesse teórico no conceito de pessoa se tornou norteador de minha trajetória intelectual. Através das ideias de identidade, emoção, subjetividade e corpo, tenho explorado desde então facetas do conceito de pessoa em contextos sociais e culturais distintos.

Criando raízes

Retornei ao Rio de Janeiro no fim de 1993. Se o início da temporada em Londres havia sido muito empolgante e em algum momento considerei ficar por lá, já no final dos quatro anos tinha muitas saudades da vida no Brasil, em particular do modo como as pessoas se relacionam. Voltei decidida a trabalhar aqui. Consegui uma bolsa recém-doutor do CNPq para atuar no departamento de antropologia no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS) da UFRJ.

Na época, fiz contato com Yvonne Maggie, que havia criado recentemente o Programa Raça e Etnicidade, financiado pela Fundação Rockfeller, com o objetivo de reunir pesquisadores estrangeiros e brasileiros que estudavam a temática em diversos contextos socioculturais. Nos dois anos de bolsa no IFCS, colaborei com Yvonne e Peter Fry no Programa. Um dos resultados deste período foi a coedição com Yvonne da coletânea *Raça como Retórica*, em 2002, reunindo os textos apresentados pelos pesquisadores participantes do Programa Raça e Etnicidade. Neles, as categorias de raça e etnicidade não aparecem de forma fixa, mas são acionadas em certos contextos e relações, como retórica de diferença. Tanto no Brasil como em outros países, há relações de poder complexas subjacentes ao modo de manipular estes termos, demarcando sempre hierarquias raciais e sociais.

O convívio com estes estudiosos introduziu a dimensão da raça nas minhas preocupações teóricas. Como disse Yvonne uma vez, depois que se começa a estudar raça, ela nunca desaparece do nosso olhar. Pesquisei

durante três anos as relações entre empregadas domésticas e patroas, buscando entender como as percepções sobre raça apareciam nas suas falas e nas suas relações. Explorei também como a categoria empregada adquiria representações específicas, muitas vezes negativas, discutidas em meu artigo “A empregada na televisão: uma análise de representações”, publicado em 1997 nos *Cadernos de Antropologia e Imagem*. Apesar do foco na questão racial, a amizade surgiu como tema importante nos dados pesquisados, uma vez que figurava sempre como modelo ideal de relação entre patroas e empregadas. Este dado contrastava de forma marcada com a separação nítida entre amizade e trabalho que encontrei em Londres, comparação que explorei em dois capítulos para as coletâneas *The Anthropology of Friendship* (1999) e *Mediação, cultura e cidadania* (2001).

Neste período, participei também durante dois anos de uma rede de pesquisa sobre gênero, raça e etnicidade na América Latina coordenada por Marisa Navarro e Susan Bourque, então professoras respectivamente de Dartmouth College e Smith College. Em colaboração com Márcia Lima, discuti a articulação entre gênero, raça e classe na sociedade brasileira tomando como exemplo as representações em torno das empregadas domésticas, análise desenvolvida no artigo “Linking gender, class and race in Brazil”, publicado em 2004 na revista *Social Identities*. Esta experiência contribuiu para a percepção de que estas variáveis se interpenetram sempre - o que atualmente é apresentado como interseccionalidade - e se a dimensão de classe já havia sido significativa no doutorado, sua análise em associação com raça e gênero torna-se fundamental.

Este estágio de pós-doutorado foi também meu início à docência. Ainda que tenha oferecido disciplinas de “Introdução à antropologia” para diversos cursos de graduação, foi no IFCS que tive de enfrentar o desafio de encarar turmas grandes que lá estavam para cursar uma obrigatória externa, em geral com pouca motivação. Também co-orientei bolsistas de iniciação científica no Núcleo da Cor, coordenado por Yvonne Maggie. Vejo assim este tempo no IFCS como um momento de introdução à vida acadêmica, que viria se consolidar com minha entrada na UERJ em 1996.

Fiz concurso para o departamento de ciências sociais da UERJ em uma fase de renovação de quadros da universidade. Naquela época, buscava-se mudar a fama de “escolão” que a UERJ teve por muitos anos. Pouco antes de mim, outros colegas com doutorado recente haviam entrado no departamento, com o objetivo não apenas de fortalecer a pesquisa na instituição como também de reverter a alta taxa de evasão dos estudantes

de graduação. O Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPCIS) contava apenas com o mestrado, recém criado em 1994. Para estimular a pesquisa e a dedicação exclusiva, que não existia como regime de trabalho, foi criado o programa ProCiência, no qual eu ingressaria em 1997 permanecendo até hoje.

Retomei o tema da amizade em meu primeiro projeto de pesquisa, intitulado “Amizade e hierarquia: princípios conflitantes?” (1997-2000). A presença da amizade como ideal na relação entre patroas e empregadas domésticas contrastava com o que ouvi dos ingleses estudados em Londres, onde era mantida à parte da esfera do trabalho. Em contraste com os ingleses, encontrei no Rio certa surpresa com meu tema de estudo – porque estudar uma relação tão ‘fácil’ e tão comum entre os brasileiros? A partir desta diferença, resolvi pesquisar o tema nos moldes do que havia feito no doutorado, com foco em histórias das relações, buscando entender quais os significados dados para amizade no Rio de Janeiro. De forma semelhante ao estudo inglês, examinei como a experiência subjetiva da amizade está articulada a um nível mais amplo de representações sobre diferenças sociais, reforçando muitas vezes marcas de distinção social. Com a participação de bolsistas PIBIC na realização de entrevistas, ampliei o recorte social estudado – pessoas de camadas médias, porém com idades e raças distintas: jovens universitários negros e brancos e homens e mulheres na faixa dos quarenta anos, funcionários de uma empresa estatal.

Com os dados desta pesquisa e do estudo do doutorado, publiquei o livro *Os significados da amizade: duas visões de pessoa e sociedade*, em 2002. Discuti como amizade era definida em Londres e no Rio de Janeiro, o que era considerado problemático em cada contexto, como era diferenciada de relações familiares e amorosas e, por fim, como classe, raça e religião afetavam ou não vínculos entre amigos. Minha proposta era menos realizar uma comparação explícita – feita só na conclusão – do que usar cada material etnográfico para iluminar o outro. Em ambos os contextos, amizade surge relacionada a concepções de pessoa e ao modo de estabelecer relações, mas com ênfases e sentidos diversos. Em Londres, o foco do discurso era o self, sua revelação e a manutenção ou não de sua autonomia. Expor o self “verdadeiro” – espontâneo, não contido pela polidez, emotivo – acontecia em contextos restritos, como entre amigos próximos. A polidez era manejada distintamente por pessoas de origem social diferentes, dificultando assim a amizade entre elas. No Rio de Janeiro, o destaque recaía sobre a escolha do outro, cujas intenções deveriam ser “boas”, desinteressadas, para

tornar-se assim “de confiança”. Aqui a ideia de “verdade” da pessoa não remetia a uma emotividade espontânea, mas a querer o bem do outro e a sua disposição de contribuir para isso. Neste sentido, a amizade poderia se desenvolver entre pessoas de classe e religião diferentes, mais como um ideal do que prática de fato.

Ao longo desta pesquisa, deparava com referências constantes ao modo brasileiro de fazer amizade, principalmente nas relações com estrangeiros ou em experiências de vida no exterior. Propus então um pequeno subprojeto, “A construção de identidades e alteridades através da amizade”, em 1999, para o Programa PIBIC da UERJ. Juntamente com os bolsistas de iniciação científica, examinei as narrativas sobre amizade de jovens que viveram um ano no exterior através de programas de intercâmbio escolar. Este material apontou para uma mudança na autopercepção enquanto brasileiro/a, a partir do modo de estabelecer relações de amizade no exterior, motivando assim a elaboração do projeto seguinte para o ProCiência “Somos ocidentais? Um estudo da construção de identidade nacional entre intelectuais”, desenvolvido entre 2000 e 2003.

Este projeto surgiu também da minha própria experiência enquanto estudante de doutorado na Inglaterra e do meu convívio com outros brasileiros na mesma situação. Foi neste período que percebi a relatividade de uma série de categorias identitárias e principalmente da plasticidade do significado de ser brasileiro, ao mesmo tempo em que experimentei um aguçamento do meu sentido de pertencimento ao Brasil. Tive que reinterpretar e lidar com a expectativa de que brasileiros são sempre expansivos e afetuosos, a imagem da sensualidade onipresente da mulher brasileira, a percepção de não ser branca e nem ocidental e a imposição de que, por vir de um país subdesenvolvido, eu precisava refazer meu mestrado.

O foco teórico do projeto, que se desdobrou no estudo seguinte “Os elos do pertencimento: identidade nacional e subjetividade” (2003-2007), estava assim no conceito de identidade e especificamente na construção de identidade nacional. Partindo da visão mais corrente nas ciências sociais de que as identidades, longe de serem unidades essencializadas, são elaboradas continuamente de acordo com o contexto, busquei compreender, entre pessoas que tinham realizado seus doutorados no exterior, como a experiência de ser estrangeiro em países europeus e nos Estados Unidos afetou sua auto-percepção enquanto brasileiros, bem como seu modo de pensar o Brasil. Entrevistei professores universitários no Rio de Janeiro, a

maioria na área de humanas, que haviam vivido fora do país no final da década de 1980 e início dos anos 90.

Os artigos publicados a partir destes projetos deram forma ao livro *Retratos do estrangeiro: identidade brasileira, subjetividade e emoção*, publicado em 2009. Nele discuto como a imagem do brasileiro emotivo, que compõe narrativas de Paulo Prado, Sergio Buarque de Hollanda e Gilberto Freyre, acompanhou a experiência de vida dos entrevistados, ganhando novos significados. Se entre estes autores clássicos a emotividade era ambígua – positiva como calor humano e negativa por ser irracional, para os entrevistados ela era valorizada como algo que distinguia os brasileiros positivamente dos locais, principalmente no modo de fazer amizade. A identidade brasileira, mais aguçada naquele contexto, era entendida de forma estereotipada: a emotividade, o gosto pelo futebol, samba, feijoada. Mas a relação com a brasilidade não era unívoca, pois marcava em várias situações a dificuldade de ser reconhecido nas universidades locais como igual, levando os entrevistados a se distanciarem deste estereótipo. Eram, portanto, identificações móveis, de natureza afetiva, que se manifestavam com força maior na condição de ser um estudante estrangeiro.

Ao longo destes anos, orientei vários alunos com temas relacionados, direta ou indiretamente, às minhas pesquisas. Se a orientação de bolsista PIBIC fazia parte dos meus projetos de pesquisa, na pós-graduação o desafio era estimular a autonomia de cada um mantendo o diálogo com as minhas especialidades. Assim, das seis teses de doutorado que orientei, duas estudaram as relações entre o jovem e sua família (Márcia Stengel e Fernanda Sansão Ramos), três analisaram processos de construção de identidade (Guilherme Nogueira, Danielle Ellery e Carlos Costa Luz) e uma examinou a articulação entre corpo e amizade em uma comunidade naturista (Luiz Fernando Rojo). De forma semelhante, as orientações de mestrado voltaram-se para relações de gênero, construção de identidade (nacional, de trabalhador, de raça, de jovem), relações de amizade e relações amorosas, emoção e consumo. Algumas destas foram, por sua vez, desdobramentos de monografias e orientações de iniciação científica.

Os temas de pesquisa também se refletiram nas disciplinas eletivas que ofereci na graduação e na pós-graduação. Em ambos os níveis, o curso “Indivíduo e sociedade” foi ocasião para explorar construções do conceito de pessoa, de identidade e de emoção, bem como teorias que articulam os planos micro e macro da vida social. Discuti os significados da amizade e seu contraste com as relações familiares nas eletivas de “Organização social

e parentesco”. Através das disciplinas “Cultura brasileira” e “o Negro no Pensamento Social Brasileiro”, pude discutir as construções de identidade brasileira e as relações raciais como parte deste processo.

Destaco aqui o interesse específico pelas emoções como eixo transversal aos projetos de pesquisa que desenvolvi nestes anos. A pesquisa sobre amizade revelava articulações distintas entre pessoa e emoção em Londres e no Rio, de tal forma que, ao contrário de lá, aqui amizade podia referir-se a uma relação e a um sentimento que pode existir em interações de trabalho, como, por exemplo, entre empregadas e patroas. No estudo sobre identidade brasileira, elas figuravam tanto como elementos das representações sobre brasilidade, como na qualificação da experiência de vida no exterior.

A reflexão teórica sobre emoção se desenvolveu também nas disciplinas dadas na pós-graduação e na graduação, muitas em parceria com Maria Claudia Coelho, amiga dos tempos do mestrado no Museu Nacional e agora colega de departamento. Juntas, publicamos o livro *Antropologia das emoções*, em 2010, e a coletânea *Cultura e Sentimentos: ensaios em antropologia das emoções*, em 2011. O primeiro apresenta de forma sintética e introdutória, as principais questões em torno do estudo antropológico das emoções, como as tensões entre o que é biológico e universal e o que é particular e cultural, bem como sua dualidade enquanto experiência individual e social ao mesmo tempo. Discutimos também o potencial micropolítico das emoções e os contornos da experiência emotiva na modernidade ocidental. O segundo volume reúne estudos de parceiros e ex-alunos de pós-graduação, orientandos nossos, que tomaram os sentimentos ora como foco de atenção, ora como recorte analítico para discutir gênero, religião, política, entre outros. Aqui o esforço foi contribuir para a construção de um campo brasileiro de antropologia das emoções.

Este trabalho de construção de um campo se desdobrou em dois outros níveis, dentro e fora da UERJ. Em congressos nacionais – como nas Reuniões Brasileira de Antropologia, nos encontros da ANPOCS – e internacionais – como nas Reuniões de Antropologia do Mercosul, apresentei trabalhos e organizei, em alternância com Maria Claudia, grupos de trabalho e mesas redondas sobre cultura e emoção. Dentro da Uerj, criamos em 2007 o Núcleo de Antropologia das Emoções (NANTE) como atividade de extensão. Através de mini-cursos, alunos de pós-graduação debatiam suas pesquisas bem como filmes com alunos de graduação e participantes externos a UERJ. Se em função de cargos administrativos que eu e Maria Claudia ocupamos nesta época tivemos que encerrar o núcleo, o interesse em uma abordagem

antropológica das emoções se mantem nas orientações e disciplinas que damos e nos projetos de pesquisa, ainda que eu tenha deslocado minha ênfase para o conceito de subjetividade, como discuto a seguir.

Maternidade

Em 2004, nasceu meu filho Sebastião. A gravidez veio já aos 39 anos e trouxe com ela muitas questões em torno da experiência física e subjetiva de gestar um bebê, articulada aos sentidos de maternidade. Neste período, a amizade e a identidade nacional, questões tão caras para mim anteriormente, já se colocavam como temas bem explorados.

Assim, em 2007, resolvi transformar a gravidez em objeto de estudo no projeto “A experiência da gravidez: corpo, subjetividade e parentesco”, que recebeu apoio também do CNPq através de bolsa de produtividade. Era um tema pouco estudado em si – havia vários trabalhos sobre as novas tecnologias reprodutivas que recortavam aspectos e momentos específicos da gravidez, mas não o período como um todo. Assim, este projeto, que teve continuidade nos períodos seguintes, se propôs a investigar como este processo que ocorre no corpo é vivenciado de acordo com significados e práticas culturais. Enquanto processo situado no corpo das mulheres, diz respeito às questões de gênero – o lugar social das mulheres, a importância da maternidade na construção de papéis e subjetividades femininas e as relações de gênero na família. Enquanto processo que reproduz sujeitos, a gravidez põe em foco não apenas conceitos de pessoa, mas a constituição de laços familiares. Em última instância, a gravidez tem sido não só um objeto de reflexão em si mas também meio privilegiado para analisar a relação entre pessoa, subjetividade e parentesco.

Para este projeto pesquisei mulheres em sua primeira gestação, casadas, com idades em torno de 30 anos, brancas, de camadas médias, com formação universitária e residentes na zona sul do Rio de Janeiro. Realizei entrevistas e trabalho de campo em um grupo de gestantes em 2008. Neste ano, realizei um pós-doutorado na UFRJ, tendo Myriam Lins de Barros como interlocutora. O diálogo com ela foi extremamente rico e produtivo: discuti com ela questões da pesquisa de campo e analisei o material que estava colhendo, destacando o que era interessante e diferente de outras gerações. Dos três eixos do projeto – corpo, subjetividade e parentesco, este último foi o que menos apareceu, ainda que nossas discussões tenham levantado questões que busquei desenvolver posteriormente.

Nesta etapa, a dimensão das emoções na experiência da gravidez e o foco na preparação para o parto foram os temas que tiveram maior desenvolvimento entre as mulheres estudadas. No artigo “Um estado emotivo: representação da gravidez na mídia”, publicado nos *Cadernos Pagu* em 2011, analisei a representação da gestação na mídia e no senso comum enquanto período de “maior emotividade”, ao mesmo tempo em que se demanda às mulheres a manutenção de um controle de si. A questão do autocontrole se manifesta também através da frequente menção aos sentimentos de ansiedade e medo em torno do parto e pós-parto expresso nos encontros do grupo de gestantes, tema que desenvolvi em alguns artigos, em especial “Em torno da ansiedade: subjetividade, mudança e gravidez” publicado na revista *Interseções* em 2012.

Aprofundi a dimensão do parentesco nos períodos seguintes do Prociência (2009-2012, 2012-2015), também com apoio de bolsas de produtividade do CNPq, investigando especificamente o modo de pensar o pertencimento familiar a partir da gravidez. Com os bolsistas de iniciação científica, realizei um novo conjunto de entrevistas com um recorte mais diversificado de mulheres: brancas e negras, residentes nas zonas sul e norte do Rio de Janeiro, casadas, com idades em torno de 30 anos e formação universitária. Como apresento no artigo “The experience of pregnancy: subjectivity and social relations”, publicado na *Vibrant* em 2012, a participação da família de origem no cotidiano da gravidez é bem mais atuante do que em gerações anteriores, como aquelas estudadas por Tania Salem e Maria Isabel Almeida. O casal é uma unidade significativa, na qual presença do homem na gestação e parto é tomada como dada. Ao mesmo tempo, a maternidade para estas mulheres surge como projeto cuidadosamente escolhido e planejado que, contudo, assusta pelas mudanças que trará às suas vidas profissionais, conjugais e à sua autonomia.

Esta segunda etapa da pesquisa sobre gravidez teve dois desdobramentos. Primeiro, produziu um questionamento sobre o lugar da família na construção do pertencimento de um modo mais geral e deu origem a um projeto de auxílio para pesquisa, financiado pelo Edital Universal do CNPq em 2009. Reunindo pesquisas de doutorandos que estudavam a elaboração de identidade racial entre negros de camadas médias, a construção de identidade profissional entre jovens vestibulandos e a presença da subjetividade no processo de administração da indústria cinematográfica, além do meu projeto sobre gravidez e família, examinamos como as relações de parentesco norteavam processos identitários nestes diferentes contextos.

Segundo, suscitou meu desejo de realizar outro estágio pós-doutoral, desta vez fora do país, na Universidade de Edimburgo, em diálogo com Janet Carsten, referência nos estudos de parentesco. Com bolsa Estágio Sênior da Capes, passei onze meses na Escócia entre 2013 e 2014, com o objetivo de analisar em profundidade todas as entrevistas já realizadas. Este estágio me colocou novamente diante da antropologia britânica, com sua tradição de etnografias globais e agora com novos debates teóricos de natureza mais filosófica. As conversas com Janet e Maya Mayblin, professora também do departamento de antropologia, bem como a presença nos seminários semanais que este organizava, contribuíram muito para pensar teoricamente os processos de constituição do parentesco revelados nos meus dados de pesquisa.

Como resultado, escrevi dois artigos que discutem especificamente a gravidez como momento de (re)construção do parentesco, que está longe de ser justificado apenas pelo compartilhamento de substâncias biológicas. Em “Nomes que (des)conectam: gravidez e parentesco no Rio de Janeiro”, publicado na revista *Mana* em 2015, apresento como, através da escolha dos sobrenomes, os casais avaliam suas próprias relações com as famílias de origem e decidem qual sobrenome transmitir ao bebê, o que constrói tanto conexões quanto desconexões. De modo semelhante, em “Imaginando o bebê esperado: parentesco, raça e beleza no Rio de Janeiro”, publicado na revista *Etnográfica* em 2016, quando as gestantes imaginam a aparência física do bebê, fazem uma lista dos traços físicos desejados e não desejados, ambos remetidos às características familiares que são muitas vezes associadas à raça e etnicidade. Ao mesmo tempo em que projetam uma continuidade entre gerações, marcam também singularidades e distanciamentos. Assim, mesmo quando a questão implica as próprias ‘substâncias biológicas’, o compartilhamento enquanto base do parentesco é visto de forma seletiva, ajustando-se a projetos do casal que podem desejar continuar certa identidade étnica e posição social familiares ou, ao contrário, afastar-se destas através da ascensão social.

Ao retornar da Escócia, participei do projeto Gênero e família, coordenado por Clara Araújo e financiado pela Faperj, que realizou um extenso survey sobre os temas no estado do Rio de Janeiro. Analisei uma pequena parte dos dados estatísticos a partir das variáveis gênero e geração, experiência metodológica que não tinha desde minha graduação. Neste trabalho, que resultou em um capítulo na coletânea *Entre a casa e o trabalho: gênero e família no Rio de Janeiro*, organizada por Clara Araújo e Andréa Gama e publicada

em 2017, destaca-se a permanência da maternidade como papel social valorizado para mulheres, tanto por elas e pelos homens, enquanto que o trabalho tem significado principalmente se for referido ao sustento da família. Esta opinião é mais pronunciada nas gerações mais velhas do que nas mais novas, que mesmo assim ainda valorizam significativamente a experiência de ter filho.

Nestes anos, percebi um crescimento nos estudos sobre parto, tema que já aparecia nas minhas entrevistas enquanto um evento projetado e temido. Além disso, frequentemente ouvia relatos espontâneos de parto quando falava no tema da minha pesquisa. Assim, elaborei o projeto “Histórias de parto: pessoa e parentesco”, iniciado em 2015 e ainda em desenvolvimento no presente. Desta vez, contudo, estruturei a pesquisa de campo de forma comparativa: entrevistei um grupo de mulheres com mais de 60 anos, que tiveram seus filhos na década de 1980, e outro mais jovem, com idades entre 35 e 45 anos que tiveram filho nos últimos quatro anos. A proposta de comparação vem da percepção, já nas pesquisas anteriores, da disseminação recente dos discursos de humanização do parto, daí meu desejo de ouvir mulheres mais velhas que pariram antes do surgimento deste movimento de crítica à obstetrícia tradicional.

Por conta de uma greve docente de cinco meses em 2016, pude realizar dezesseis entrevistas – sete com mulheres mais velhas e nove com o grupo mais jovem. Estou em processo de analisar as narrativas, que contam um pouco sobre as gestações e detalham mais os partos. Ao contrário do que imaginei inicialmente, as histórias mencionam pouco o parentesco, seja em termos de referências à constituição dos laços, seja pela participação da família no momento do parto. Em compensação, desponta de forma fundamental a relação com o médico e o hospital em todo o processo.

A partir de um trabalho apresentado em Lisboa em 2016, no Congresso Internacional de Estudos de Gênero, destaco aqui algumas diferenças entre as duas gerações de mulheres. As mais velhas se casaram e tiveram mais filhos e mais cedo do que as mais jovens. A maternidade veio com o parto, momento em que “conheceram” os bebês. O trabalho aparece para as mais velhas como um foco importante das narrativas, mas seus relatos das gestações e partos incluem os maridos de forma mais pontual, sugerindo uma divisão de trabalho na qual cabia às mulheres principalmente o cuidado dos filhos e da casa.

Entre as mulheres mais jovens, enfatizo o caráter planejado das gestações, que vieram depois dos 30 anos. O ideário do parto humanizado aparece

como fator de influência na escolha do médico e do tipo de parto, que exigiu programação financeira, uma vez que muitos destes não aceitam planos de saúde. A maternidade foi para quase todas vivida já a partir da gravidez. Os maridos figuram o tempo todo nas narrativas, desde as decisões sobre a gravidez como também as ações e escolhas em torno do parto.

Seja naquelas experiências vistas como problemáticas ou nos partos considerados bons e tranquilos, é a negociação da mulher com a equipe médica – o obstetra especialmente mas também anestesistas, pediatras e enfermeiras – o fio condutor das narrativas. O que diferencia as duas gerações neste aspecto é a crítica feita pelas mais jovens a procedimentos médicos em consonância com as propostas do parto humanizado e o planejamento do parto de forma detalhada. Estas narrativas refletem, por sua vez, experiências de gênero a partir de um segmento social específico em termos de raça, classe e escolaridade, que também se revela na vivência do sistema médico-hospitalar. Esta interseção entre estes marcadores sociais produz assim os eixos dentro dos quais estas experiências tornam-se significativas, em um esforço de articular a dimensão da vivência subjetiva aos contextos de relações sociais e de poder mais amplos nos quais ela se insere.

Por conta das pesquisas sobre gravidez e parto, orientei três dissertações de mestrado em torno destes temas, discutindo de forma mais aguda os processos de medicalização da gestação. As duas orientações de mestrado em andamento também têm como foco as experiências corporais – a tatuagem e a violência racial. Tenho participado de muitas bancas, de qualificação e defesa, em torno da gravidez e do parto, bem como de grupos de trabalho em congressos nacionais e internacionais. Nestas ocasiões, vejo a crescente militância em torno dos direitos das mulheres aos partos que elas desejam, traço presente também nas dissertações que orientei. Posiciono-me sempre a partir de um olhar que problematiza tanto visões essencializantes das mulheres – na ideia de que parir está na sua natureza – e certas críticas feitas pela “medicina baseada em evidências”, por ver a própria ideia de “evidência” como longe de ser autoevidente.

O estudo de uma experiência corporal inserida nos sistemas de saúde me aproximou dos trabalhos feitos por Rachel Aisengart Menezes, da UFRJ, e Waleska Aureliano, colega de departamento da UERJ. Juntas, elaboramos o projeto “Gestão do corpo e subjetividades contemporâneas”, que recebeu apoio do CNPq através do Edital Universal em 2016. Nossa proposta é discutir a formação de subjetividades contemporâneas, por meio de

diferentes modos de gestão dos cuidados corporais, em três contextos: na gravidez e no parto, no adoecimento e tratamento para câncer e no processo do morrer, em decorrência de avanço de doença degenerativa. Partimos da visão de que estes modos de gestão do corpo se constituem através de discursos presentes em instituições e campos de saber que são acionados tanto por profissionais quanto por sujeitos que vivenciam as situações apontadas. O objetivo, portanto, do estudo destas formas de percepção e de lidar com o corpo é contribuir para uma análise da subjetividade enquanto uma construção cultural e historicamente específica.

Assim, se nas primeiras pesquisas que fiz logo após o doutorado, o eixo estava nos conceitos de pessoa e de identidade, agora o foco está na subjetividade e na experiência, que envolve o corpo. Se meu interesse sempre esteve no sujeito, esteve sempre também nas relações sociais nas quais ela ou ele estão inseridos, relações estas marcadas por diferenças de poder de caráter mais ou menos institucionalizado. Não vejo uma mudança de abordagem, mas sim um movimento de buscar conceitos em torno de como o sujeito vive na sociedade. O conceito de pessoa, abordado inicialmente por Mauss (1974) e retomado na década de 80 (por exemplo, Carrithers et al 1985, Kondo 1990), sustentou um amplo leque de estudos sobre como estar e agir no mundo adquire significados muitos distintos em épocas, sociedades e culturas diferentes. Na década de 90 nas formulações de Giddens (1991) e Hall (1998), as questões em torno da identidade despontaram com força, referindo-se aos sentidos subjetivos que o sujeito atribui às formas de pertencimentos coletivos. Atravessando ambos estão as emoções, como modos culturalmente elaborados de sentir e reagir às pessoas e ao mundo, que como propõem Lutz e Abu-Lughod (1990), falam mais da vida social do que de estados interiores. O deslocamento para o conceito de subjetividade veio de um desejo de encontrar um conceito que incluísse a emoção e fosse além, explicando como grupos de pessoas interpretam e agem de modos distintos. Com as definições de Ortner (2007), a noção de subjetividade inclui não só os afetos e modos de pensar, mas também o modo de agir, a prática social. E é enquanto ser em movimento que agrego a estas ferramentas o conceito de experiência, elaborado por Bruner (1986), que permite a análise de como eventos vividos são percebidos e significados pelos indivíduos.

O ensino e os sonhos antigos

Se minhas pesquisas articulam muito do que fiz e faço na universidade e fora dela, há alguns aspectos da minha trajetória como docente que são menos vinculados a elas e que gostaria de comentar aqui. Volto lá atrás para o começo, para a minha história familiar. Sou filha de dois professores universitários. Cresci com meu pai tirando dúvidas de matemática e física, sua área, o que era um desafio para ele conseguir me explicar conceitos tão básicos para ele. Com minha mãe, tive apoio às aulas de piano que fazia, com sua atenção meticulosa às passagens e dedilhados difíceis. Ela foi também a primeira leitora dos meus textos, me alertando sempre para o encadeamento das ideias e cuidado com a repetição de palavras. Além do que ganhei deles em termos de aprendizado, tive também desde cedo duas pessoas dedicadas a ensinar como modelos. Quando entrei na universidade, nos tempos em que pretendia resolver os problemas do Nordeste, me via fazendo isso através da educação. Se a ambição social arrefeceu, minha escolha pelo ensino se mostra cada vez mais apaixonada.

Quando comecei a dar aula, ainda no IFCS, me sentia muito tímida e nervosa diante das turmas grandes de “Introdução à antropologia”, vindas de outros cursos. Mas vencida a estranheza inicial com cada turma, gostava muito de ver que certas discussões empolgavam e faziam os alunos repensarem suas ideias. Desde aquela época, o curso de “Introdução à antropologia” tem sido um espaço de desafio que frequentemente gosto de encarar: como apresentar para alunos que ingressam na universidade o que é antropologia? São turmas grandes, agitadas com a novidade de estar fora da escola. Ao mesmo tempo, sei que há questões como as formas sutis de etnocentrismo e o relativismo no modo de entender corpo, emoção, gênero que impactam muito os alunos, tirando-lhes o chão muitas vezes, razão porque gosto também de dar a obrigatória de “Antropologia Biológica” no quarto e quinto períodos do curso. Em que acreditar então, perguntam eles? Nestes vinte e poucos anos, tenho acompanhado como etnocentrismo e relativismo se tornaram noções já familiares desde o ensino médio e tenho tido que pensar exemplos e questões diferentes do que usava no início. Pois o desafio continua a ser não só introduzi-los a como também seduzi-los pela antropologia.

Mas ai surge outro problema: como apresenta-los às teorias antropológicas ao longo de sua história, já a partir do segundo período? Desde que entrei na Uerj, tenho dado recorrentemente a disciplina obrigatória “Teoria

antropológica I” (evolucionismo, Boas e Escola de Cultura e Personalidade, Malinowski e Evans-Pritchard). Como tive pouca teoria antropológica na graduação, tomei para mim a tarefa de dar aos alunos uma boa formação teórica. Muito rapidamente descobri que ao chegar ao final do curso, os alunos já não lembravam mais destes autores e seus conceitos e debates teóricos. Já organizei o conteúdo de maneiras diversas, por escolas ou por temas, e ainda assim não tenho certeza se venho sendo bem sucedida, pois acho que parte do problema está em ser apresentado à teoria muito cedo no curso. Com frequência, ofereço a eletiva “Teoria da cultura” como forma de relembrar autores, preencher lacunas e sistematizar um pouco da história da antropologia. Sem dúvida, também nas outras eletivas mais próximas aos temas de pesquisa, busco transmitir aos alunos a necessidade de perceber nas diversas situações do cotidiano as questões teóricas debatidas por autores clássicos e contemporâneos das ciências sociais.

Acho que o desafio de ensinar antropologia está mais na graduação do que na pós-graduação. Na pós, a proposta é fortalecer a formação e desenvolver a pesquisa. Por isso talvez, em um programa de pós-graduação com mais de vinte professores, não disputo tanto a oferta de disciplinas na pós. Mesmo quando dou cursos obrigatórios como “Teoria antropológica” e “Metodologia Qualitativa” (um programa de fato teórico-metodológico) na pós-graduação, o tom é distinto – com certeza recupero debates teóricos mas já pressuponho que não são desconhecidos aos alunos. Nas disciplinas eletivas, nas quais tenho enfatizado a importância de articular as dimensões micro e macro sociais da vida cotidiana, realçando como construções de subjetividade e discursos emotivos acompanham organizações sociais e relações de poder mais amplas, vejo-me trocando ideias com interlocutores, alunos que já desenvolvem suas pesquisas e suas próprias reflexões.

Nesse sentido, o trabalho de orientar monografias de fim de curso é sempre muito interessante, pois é a chance que os alunos têm ao final da graduação de sistematizar o que aprenderam dentro de um tema e recorte específicos que eles escolhem. Nas vinte monografias que orientei, os assuntos são variados, mas acompanham de certa forma minhas pesquisas. Há tempos atrás, quando ensaiamos uma reforma curricular, pensamos em transformar a monografia em eletiva, como forma de facilitar a conclusão do curso para aqueles que não pensam em pós-graduação. Os alunos rechaçaram a proposta com veemência e entendi a importância daquele primeiro exercício de autonomia e autoria.

Também penso nas orientações de iniciação científica como forma de fazer escolhas, não apenas de aprender a fazer pesquisa. Sempre pedi aos alunos que selecionem um subcampo específico dentro do meu projeto, de modo que eles recortem o grupo a ser pesquisado de acordo com seus interesses. Por isso também, ainda que com roteiros de entrevista traçados por mim, inserimos questões relacionadas às suas preocupações. Neste sentido, minha experiência de orientar bolsistas é ao mesmo tempo de ensino e troca. Mesmo que em fase de aprendizado de conceitos, questões teóricas e mapeamento do campo de estudo, eles são interlocutores importantes. Muitas ideias desenvolvidas e apresentadas em artigos surgiram dos nossos debates em torno dos dados das pesquisas de campo.

Ser professora e orientadora mesclam para mim troca intelectual e afetiva e é com certeza atividade que me realiza profundamente. Se já tinha um sonho antigo de trabalhar como educadora, foi na UERJ com todas as suas particularidades que o transformei em realidade. Vejo como ao longo dos anos, o curso de graduação se consolidou e aperfeiçoou, refletido não apenas no aumento significativo de formandos e na queda na taxa de evasão que existia quando entrei. Cada vez mais alunos participam de pesquisas durante sua graduação, tanto com bolsas de iniciação científica como pelo programa de estágio voluntário, e muitos destes prosseguem para o mestrado e doutorado, seja no PPCIS ou em outros programas. Considerando o fato de que nossos alunos costumam vir de segmentos sociais em que são muitas vezes os primeiros da família a entrar na universidade, este trabalho é motivo de muito orgulho e por isso gera tanta angústia no tempo presente de descaso da UERJ. Mais do que a perda de recursos, temos perdido alunos...

Desafios

Neste memorial, privilegiei as atividades que me identificam como professora e pesquisadora. Realizei também atividades administrativas variadas, como coordenação da área de antropologia e de curso de graduação, chefia do departamento de antropologia, após a criação do Instituto de Ciências Sociais em 2014, e coordenação adjunta de pós-graduação em dois momentos do PPCIS. Embora tenham sido oportunidades importantes de conhecer e compreender melhor o funcionamento da UERJ enquanto instituição, é, contudo, no ensino e na pesquisa que vejo minha contribuição fundamental.

Como desafios futuros, considero importante principalmente ter conexões mais próximas com grupos de pesquisa de outras instituições nacionais e internacionais. Este é tanto um desejo pessoal como também uma necessidade institucional. Para o PPCIS principalmente, a internacionalização, através de pesquisas, convênios e publicações em revistas estrangeiras, é um aspecto a ser mais desenvolvido para que possamos melhorar nossa avaliação junto a Capes. E com certeza, a ampliação dos horizontes de pesquisa será sentida no ensino da graduação, contribuindo assim para um ganho de qualidade do curso de ciências sociais. Se por certa timidez faço pouco este movimento, as parcerias internacionais para mim ajudam a manter o olhar mais cosmopolita e também questionador que foi tão importante no meu doutorado. É através destes diálogos que trocamos não apenas dados etnográficos distintos, mas concepções diversas do que é uma contribuição teórica nova, como pude aprender nas minhas tentativas recentes de publicar artigos em revistas americanas e inglesas.

Fecho este texto, como não poderia deixar de ser, falando do que significa olhar para trás no presente em que vivemos na Uerj, a partir do qual torna-se custoso pensar no futuro. Começar a escrevê-lo me gerou muita angústia: afinal, porque estou pensando em progredir na carreira se a própria instituição parece ameaçada? Como falar de perspectivas futuras quando temos um governo que nos trata como se não existíssemos? Quero acreditar que uma universidade que está entre as melhores no país e na América Latina não pode acabar assim. Diante dos danos já causados pela falta de investimentos e pagamentos que afetaram o calendário acadêmico, uma das nossas maiores tarefas agora será recuperar os alunos que perdemos e continuar mostrando ao grande público a força da instituição enquanto centro de ensino e pesquisa. Do mesmo modo que, olhando para a Uerj na qual ingressei, creio ter contribuído para sua transformação ao longo destes anos na referência que se tornou, tenho que continuar trabalhando para mantê-la assim, viva e importante. No momento, é este meu maior desafio.

Referências

- BECKER, Howard.
(1995). "Foi por acaso": reflexões sobre a coincidência. *Anuário Antropológico* 93, p. 155-173
- BOURDIEU, Pierre.
(2006). A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaina & FERREIRA, Marieta M. (orgs.). *Usos e abusos da história oral*. 8ª ed. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas.
- BRUNER, Edward.
(1986). Experience and its Expressions. In: TURNER, Victor W. e BRUNER, Edward M. (org.). *The Anthropology of Experience*. Chicago, University of Chicago Press. p. 3-30.
- CARRITHERS, Michael, COLLINS, Steven & LUKES, Steven (orgs).
(1985) *The category of the person: anthropology, philosophy, history*. Cambridge, Cambridge University Press.
- GIDDENS, Anthony.
(1991). *Modernity and Self-Identity: self and society in the late modern age*. Cambridge, Polity Press.
- HALBWACHS, Maurice.
(1990). *A memória coletiva*. São Paulo, Vértice.
- HALL, Stuart.
(1998). *A identidade cultural na pós-modernidade*. São Paulo, DP&A.
- KONDO, Dorinne.
(1990). *Crafting Selves: Power, Gender and Discourses of Identity in a Japanese Workplace*. Chicago, The University of Chicago Press.
- LUTZ, Catherine A.& ABU-LUGHOD, Lila. (orgs.)
(1990). *Language and the Politics of Emotion*. Cambridge e Paris, Cambridge University Press e Maison des Sciences de l'Homme.
- MAUSS, Marcel.
(1974). Uma categoria do espírito humano: a noção de pessoa, a noção do "eu". *Sociologia e Antropologia*, vol. 1. São Paulo, EDUSP.
- ORTNER, Sherry B.
(2006). *Anthropology and social theory: culture, power, and the acting subject*. Durham e Londres, Duke University Press.
- PEIRANO, Mariza.
(1992). Artimanhas do acaso. *Anuário Antropológico/89*, pgs 9-21.